



TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO:

1.1. O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Lâmina Roçadeira, em atendimento a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Justifica-se a aquisição pela necessidade de controlar plantas daninhas que comprometem a estética e a segurança de áreas urbanas, como calçadas e praças. O uso de roçadeira facilita o acesso a serviços urbanos e previne a proliferação de insetos transmissores de doenças como dengue e o seu uso é uma medida essencial para garantir a saúde pública e a segurança dos cidadãos.

Há também o atendimento quando houver demanda, conforme dispõe o Decreto Municipal 1.410 de 30 de junho de 2005 e Lei Municipal nº. 1580 de 18 de outubro de 2017.

1. ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE DO OBJETO A SER LICITADO ESTIMATIVA DE VALORES:

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1000	UN	Lâmina Roçadeira Multi 2p 236r, 143r-ii, 553rs Lâmina Roçadeira Multi 2p 236r, 143r-ii, 545rs, outras roçadeiras com furo 1" (25,40 mm)	R\$ 42,30	R\$ 42.300,00
Valor Estimado:					R\$ 42.300,00

4.VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei.

5. CONDIÇÕES DE GARANTIA:

5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. METODOLOGIA:

6.1. O critério de aceitação das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste termo, de acordo com a necessidade requisitada.
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- Manter, durante a execução contratual, as mesmas condições de habilitação.
- Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.
- Comunicar ao Município de Itutinga, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- Não permitir o trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1. Atestar nas NF a efetiva entrega do objeto desta licitação.
- 8.2. Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.
- 8.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.
- 8.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da NF no setor competente.
- 8.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, Marco da Silva, servidor público ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

10. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 10.1. A Fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao processo.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 11.1. Além de respeitar os critérios de sustentabilidade.
- 11.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 11.3. Os materiais deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade e segurança.
- 11.4. Não haverá exigência da garantia da contratação, por se tratar de bens de consumo sendo substituídos pela contratada caso esteja em desacordo com os padrões exigidos no termo.
- 11.5. A natureza do objeto dadas suas características enquadram-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio de pregão Sistema registro de preços, que gerará maior



celeridade na aquisição, controle de estoque, menores preços pelo efeito da economia de escala.

12. RECURSOS FINANCEIROS:

12.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias conforme segue.

02.013.001 15 452 1503 2.336 3.3.90.30.00 Ficha: 1500000 Fonte: 00444

13. DO PAGAMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

13.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a apresentação das Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s), isenta de erros, devidamente datadas e atestadas pelo(a) Fiscal(is) designado(s) e pela Secretaria acompanhada da Ordem de Fornecimento.

13.1.1. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ POSSUIR CONTA BANCÁRIA PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EM CASOS ESPECÍFICOS DE PRODUTOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A CONTA DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL. SE A LICITANTE VENCEDORA POSSUIR CONTAS DIFERENTES DAS INSTITUIÇÕES SUPRACITADAS, DEVERÁ ARCAR COM OS CUSTOS DAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS/TED/DOC. O CUSTO ATUAL VARIA DE R\$ 10,00 A R\$ 15,00 POR TRANSFERÊNCIA.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

13.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

13.4. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc;

13.5. Os itens serão recebidos juntamente com a nota fiscal pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias a contar da notificação.

13.6. Após o recebimento da ordem de compras a contratante fará a entrega dos produtos, na sede da Prefeitura, localizada na Rua Gabriel Leite, nº 45, Centro, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos.

13.7. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar ao contratante.

3.8. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições vistas à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

14.1. São os documentos comprobatórios da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da licitante:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, em se tratando de sociedade comercial, sendo, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;



- c) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão pertinente, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Cédula de identidade do(s) sócio(s) responsável(is) pela administração da empresa licitante.
- g) **DECLARAÇÃO UNIFICADA** subscrita pelo representante legal da licitante, conforme anexo III do Edital.

15. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva de **Débitos Trabalhistas - TST**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do Estado;
- f) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Municipal;

16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 16.1. Certidão negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 16.2. Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

17. PENALIDADES:

- 17.1. Ficam estabelecidas as seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao Município;
 - c) suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;
 - d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA/MG
Secretaria Municipal Urbanismo e Meio Ambiente



e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia própria emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

18. Responsável Pelo Termo De Referência:

Sany Laisla de Paula

Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente

Itutinga, 30 de outubro de 2024

Sany Laisla de Paula
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente